

O PROCESSO DE ECOLOGIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR:

Um estudo de caso no distrito de Arroio Grande - Santa Maria/RS

Bruno Traesel Schreiner¹
Thaimon da Silva Socoloski²

Resumo

Atualmente na agricultura, em especial na produção de alimentos, visualiza-se um processo de dependência da utilização de insumos químicos na produção, que vem gerando problemas tanto ao meio ambiente, quanto a saúde de produtores e consumidores. Busca-se, portanto, com este trabalho evidenciar o processo de ecologização da agricultura familiar no distrito de Arroio Grande, em Santa Maria – RS, analisando as dificuldades na transição para uma produção alternativa, bem como as dificuldades da produção de alimentos ecológicos encontradas pelos agricultores. Para elaboração do presente artigo, além de ampla revisão bibliográfica, foram realizados trabalhos de campo na área em estudo, entrevistando diferentes agricultores. O trabalho evidencia os grandes desafios encontrados pelos produtores que buscam uma produção alternativa, onde a falta de apoio técnico e uma rede de comercialização mais sólida dos produtos são alguns dos entraves.

Palavras-chave: Ecologização, Arroio Grande, Agricultura familiar.

Introdução

Quando se fala em produção agroecológica na agricultura familiar, algumas das questões que logo emergem dizem respeito às dificuldades de produção e comercialização dos produtos, bem como a “elitização” do consumo destes produtos, seja pela suposição de que somente a “elite” poderia e conseguiria pagar por tais produtos, ou pelas dificuldades proeminentes dos produtores acessarem ou criarem canais de comercialização para estes produtos diferenciados, que precisam de cuidados e espaços próprios ao longo do caminho até chegarem ao consumidor.

A valorização do consumidor por alimentos alternativos, por sua vez, é de fundamental importância para a ampliação do mercado destes produtos. Porém, as dificuldades de substituição da produção convencional são grandes, onde os pequenos produtores muitas vezes acabam condicionados a produzir com uso de agroquímicos para conseguirem gerar renda para suas famílias e também garantir sua alimentação.

¹Universidade Federal de Santa Maria - bruno10ts@hotmail.com.

²Universidade Federal de Santa Maria – thaimon.geo@gmail.com.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de conversão da produção de alimentos da forma convencional para a produção agroecológica no distrito de Arroio Grande, localizado na zona rural do município de Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul. Buscou-se analisar os casos de produção convencional e os casos de produção orgânica no distrito, observando as dificuldades e os motivos que levaram a substituição, em alguns casos, do modo de produção de alimentos.

Metodologicamente, o trabalho se estrutura no levantamento do referencial teórico que norteia a base conceitual utilizada para a construção do presente artigo. Posteriormente, faz-se um relato e uma discussão dos resultados, baseados na observação de campo, bem como na análise das entrevistas realizadas com os produtores do Distrito de Arroio Grande, em Santa Maria/RS. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais que concluem a discussão apresentada no corpo textual.

Caracterização da área de estudo

O município de Santa Maria está localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, com coordenadas geográficas 29.6864° de latitude Sul e 53.80718° de longitude Oeste (figura 1).

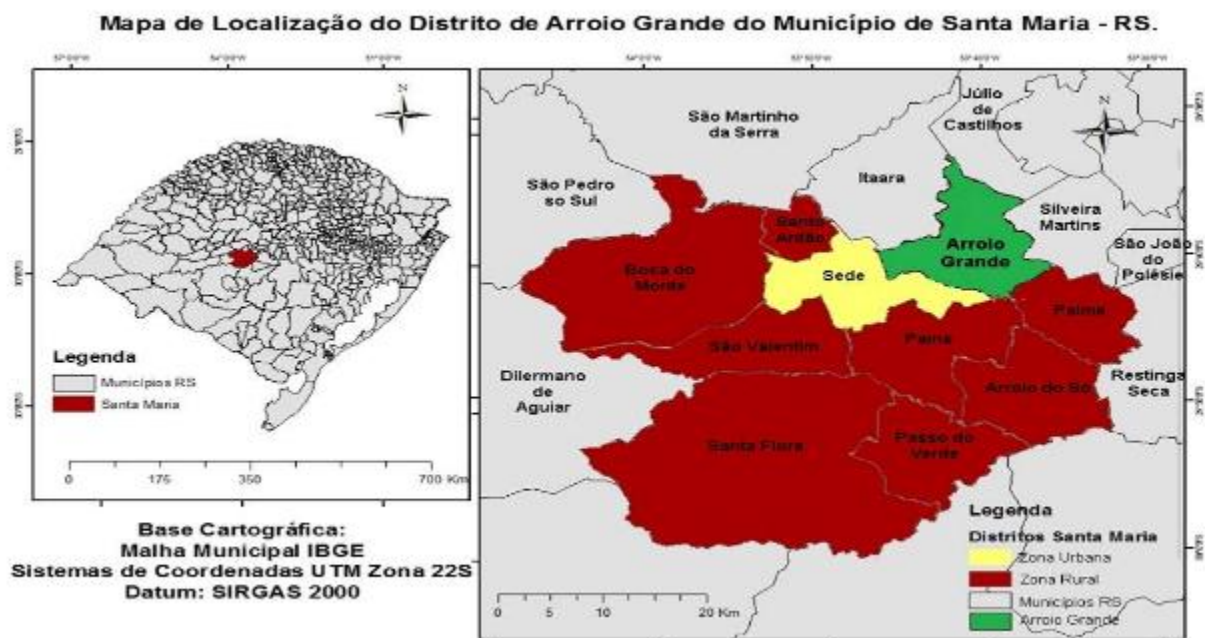


Figura 01 – Mapa de localização do Distrito de Arroio Grande (Santa Maria/RS)

Org.: SCHREINER, B. T. 2016.

Santa Maria é pertencente à Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião de Santa Maria. Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o município possui clima subtropical úmido, situado na zona de transição entre o bioma Pampa e o bioma Mata Atlântica, com uma altitude média de 151 metros sob o nível do mar, possuindo 1.779,556 km² de área, distribuída entre área urbana e rural. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contidos no Censo Demográfico de 2010, sua população é de 261.031 habitantes, onde 12.684 pessoas vivem na área rural e 248.347 pessoas vivem na área urbana, demonstrando assim que grande parte da população reside fora do campo.

Essa concentração populacional na zona urbana apresenta reflexos no Produto Interno Bruto (PIB) do município. No qual o setor terciário (comércio e prestação de serviços) representa grande parte da economia, e o setor primário em uma porcentagem reduzida do PIB (agropecuária), o que mostra que Santa Maria diferencia-se da maioria dos municípios gaúchos quanto ao valor dos setores que compõem o PIB. Grande parte dos municípios do Rio Grande do Sul apresenta como principal setor produtivo o primário, sendo esse muitas vezes responsável pelos investimentos nos outros setores e também por manter os mesmos funcionando. O meio urbano, em muitos municípios gaúchos, é sustentado por meio da renda gerada no campo (CARVALHO, 2009).

De acordo com estudos de Pessôa (2005), o município de Santa Maria recebeu sucessivas levas de imigrantes alemães e italianos, por volta de 1880, que fizeram com que a agricultura superasse a pecuária em valor produzido. Porém, devido às terras muito montanhosas, o ciclo agrícola foi curto. Além disso, não havia novas áreas que pudessem ser ocupadas pelas famílias que se formavam. Assim, esses fatores junto à disponibilidade de terras férteis em maior quantidade em outras regiões do Rio Grande do Sul, fizeram com que historicamente os melhores produtores rurais evadissem da região central. A migração do campo no município de Santa Maria, ainda foi maior porque os filhos dos colonos, não vendo futuro na agricultura e não querendo migrar para outras regiões, preferiram tentar a vida na cidade (CARVALHO, 2009).

Atualmente, o contexto mais urbano que rural encontrado em Santa Maria pode ser também entendido, junto ao fenômeno mundial, em decorrência da modernização do campo e também da falta de serviços básicos oferecidos à população rural. A substituição de mão-de-obra pelas máquinas e a dificuldade do pequeno proprietário em se adaptar ao novo modelo

agrícola imposto pela Revolução Verde foram os principais responsáveis pela expulsão do pequeno agricultor e camponês do campo (CARVALHO, 2009). Outro fator que contribuiu para que o êxodo rural em Santa Maria fosse ainda maior, segundo Pessôa (2005), foi à falta de seguro para evitar prejuízo total quando ocorressem desastres climáticos. Com tudo sabe-se que o crescimento urbano e a proximidade com a cidade fazem com que cada vez mais aumente a demanda por cereais, frutas e hortifrutigranjeiros.

No município de Santa Maria, segundo dados fornecidos pelo IBGE no ano de 2016, na produção em lavouras permanentes destaca-se o plantio de laranjas, a qual possui maior rendimento médio, bem como o cultivo de abacate, caqui, figo, goiaba, limão, noz, pêssogo e uva, com menor rendimento. Nas lavouras temporárias o destaque maior é para a soja, o arroz e o milho, produtos que apresentam respectivamente maiores valores de produção. Em 2016, segundo o IBGE, a produção de arroz e soja juntas ocuparam 54.000 hectares de área do município. Na pecuária a principal criação é a de gado, sendo que a maior concentração de bovinos se encontra nas propriedades com mais de 100 hectares. Em contra partida as produções de suínos e aves encontram-se mais concentrados nas propriedades com área menor que 100 hectares caracterizando-as, em geral, como atividades de subsistências e complemento à renda familiar.

Arroio Grande é um dos dez distritos do município de Santa Maria – RS, localizado na zona rural. O distrito possui uma área total de 130,71 km², que corresponde a 7,30% do território total de Santa Maria, contando com uma população de 2.701 habitantes, e uma densidade demográfica de 20,66 hab./km², segundo dados disponibilizados no Censo Demográfico de 2010, realizada pelo IBGE.

No que se refere a produção agrícola, predomina no distrito a hortifruticultura, com a lavoura em segundo lugar e a pecuária em terceiro. A predominância de hortifrutigranjeiros pode ser explicada pela extensão das propriedades, bem como pela proximidade do Distrito com o bairro sede de Santa Maria, favorecendo o abastecimento urbano e o escoamento (mesmo que ainda é precário) da produção.

A pecuária é tida como uma atividade secundária em Arroio Grande, destinada especial e/ou restritamente à subsistência. A produção de bovinos prevalece na produção de carne e laticínios. Além dos bovinos, há ainda criação de aves, suínos e ovinos, ou ainda, nenhum tipo de criação.

O processo de ecologização na agricultura familiar no distrito de Arroio Grande - Santa Maria/RS

No contexto em que são apontados diversos problemas para a reprodução da agricultura familiar, em que aparece a dependência da agricultura à indústria de insumos e os condicionamentos que o mercado impõe aos agricultores para a produção de poucas commodities, surge como um grande desafio para as organizações de agricultores familiares e assentados a busca de alternativas para construir espaços de autonomia produtiva e de comercialização. Neste sentido, atentas ao debate contemporâneo em torno da questão ambiental e da produção agrícola, tem ganhado relevância à busca da construção de experiência de produção agroecológica. Assim, pode-se perceber a busca de construção de propostas de uma produção agrícola alternativa no distrito de Arroio Grande no município de Santa Maria – RS, e também na região central do Rio Grande do Sul.

O processo de ecologização na agricultura familiar exige um aprofundamento teórico para que se compreenda como (e que etapas são necessárias) para que se concretize a transição da agricultura convencional para a produção agroecológica.

A “agricultura convencional” é caracterizada como um modo de produção agrícola onde prevalece a busca da maior produtividade através da utilização intensa de insumos externos (agrotóxicos), o que a curto prazo trás resultados econômicos visíveis como o aumento da produtividade e eficiência agrícola. Porém, observa-se nesta “agricultura convencional” uma lógica de exploração ao máximo da natureza, sem observar os limites de sua utilização. Também se observa que o plantio é focado na monocultura desenvolvida em larga escala, o que a longo prazo gera um estreitamento da diversidade produtiva do meio ambiente explorado.

Como principal agravante da utilização deste modo de produção, observa-se que os produtores deixam em segundo plano a preocupação com a conservação do meio ambiente, bem como se utilizam de produtos danosos como agrotóxicos, afetando diretamente a qualidade nutricional dos alimentos que são entregues no mercado consumidor.

Desta forma, a busca por novos meios de produção agrícola que valorizem o meio ambiente, os produtores rurais, e o mercado consumidor se tornam cada vez mais um processo necessário, onde esta valorização não se dá apenas no aspecto econômico, mas sim como um

passo a frente na busca por uma alimentação saudável e que valoriza os trabalhadores do campo.

O processo de ecologização na agricultura se tornou nos dias de hoje uma das principais bandeiras de diversos movimentos sociais (do campo e da cidade), com a finalidade de que a agricultura convencional seja substituída por métodos de produção mais rentáveis para as famílias que vivem de suas terras, sendo estas caracterizadas na maioria dos casos como agricultores familiares que trabalham no campo geralmente sem a contratação de mão-de-obra externa para auxílio de sua produção.

Este processo de ecologização encontra-se hoje intimamente ligado a agricultura familiar, onde a conceitualização deste modelo de produção é uma tarefa difícil, que exige uma série de cuidados e observações no que tangem sua diferenciação com outros segmentos, tal como a agricultura patronal (onde muitas vezes existem comparações passíveis entre ambas). Porém, o objetivo da presente pesquisa visa sua caracterização especificamente entre agricultores familiares que são donos de suas terras ou que executam seu cultivo em terras arrendadas.

Neste sentido, Lamarche (1993) enfatiza que “um produtor agrícola familiar é aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estritamente ligados à família”. Desta forma, considera-se agricultor familiar o produtor que trabalha na produção agrícola por meio da mão-de-obra desprovida de trabalhadores externos, sendo ele proprietário ou não da propriedade.

De uma forma geral, a agricultura familiar é definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) a partir de três características centrais, sendo estas identificadas no Distrito de Arroio Grande: a) a gestão da unidade produtiva é realizada por pessoas que mantêm entre si laços de parentesco e casamento, b) a maior parte do trabalho é realizado por membros da família, c) os meios de produção (embora nem sempre a terra) pertencem à família.

A agricultura familiar sempre foi relegada e esquecida na história de nosso país, e por vezes continua sendo inferiorizada com a utilização de termologias que menosprezam a categoria. Ricardo Abramovay, problematiza esta questão trazendo os termos: produção de baixa renda; pequena produção; agricultura de subsistência. No qual ele aponta que existem dois preconceitos sem cuja superação, no qual é difícil avançar na discussão do tema. O

primeiro é o que assimila, confunde, transforma em sinônimos “agricultura familiar” e expressões como “produção de baixa renda”, “pequena produção” ou até mesmo “agricultura de subsistência”. O segundo é o que considera as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola. Os dois preconceitos são evidentemente solidários e respondem pela visão tão frequente de que, apesar de sua importância social, não se pode considerar a agricultura familiar como relevante sob o ângulo econômico (ABRAMOVAY, 2007).

Observou-se, desta forma, que no Distrito de Arroio Grande a produção agrícola da área baseia-se em grande parte na agricultura familiar de caráter colonial, dado a sua colonização alemã e italiana, no início do século XIX, bem como pela ocupação da área em pequenas propriedades, onde a produção, limitada por suas dimensões espaciais, muitas vezes restringe o produtor a aderir outros métodos em maiores escalas (tal como a agricultura convencional da monocultura).

A ecologização na agricultura familiar se caracteriza, desta forma, como um processo de transição necessário aos agricultores familiares do Distrito de Arroio Grande, onde muitos já a executam, e outros ainda constroem elos de execução de culturas convencionais para culturas agroecológicas.

A utilização da agricultura ecológica tem como principais premissas a utilização de métodos e técnicas (policultura e rotatividade no cultivo) que respeitam os limites da natureza, pouca ou nenhuma dependência de agroquímicos (substituí por adubo e repelente natural) e troca de saberes científicos com saberes locais desenvolvidos pelos agricultores (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Observa-se que a denominação de agricultura ecológica engloba várias concepções, como agroecologia, permacultura, agricultura natural entre outros, que em sua essência visam a redução dos agroquímicos na agricultura, a defesa da agricultura em pequenas propriedades, comercialização direta com os consumidores, conservação dos recursos naturais e respeito a natureza (BEUS; DUNLAP, 1990).

Outro ponto que merece atenção é que a simples substituição de agroquímicos por adubos orgânicos não representa necessariamente uma agricultura ecológica, pois o manejo inadequado de produtos orgânicos pode contaminar o solo ou mesmo diminuir sua fertilidade. Desta forma, a agricultura ecológica trata-se de uma mudança técnica e cultural mais ampla.

Durante a pesquisa, foram entrevistados diferentes agricultores do distrito de Arroio Grande, alguns ainda com produção convencional, outros em processo de transição para produções alternativas, bem como alguns já produtores agroecológicos. Com as entrevistas, podem-se perceber as grandes dificuldades enfrentadas pelos agricultores que optaram por modos de produção alternativa, seja ela orgânica, agroecológica ou biodinâmica. Essas dificuldades perpassam principalmente pela mão de obra, incentivos governamentais, assistência técnica, comercialização e conscientização de mercado consumidor.

O desejo das organizações de agricultores na busca pela diversificação da produção está intrinsecamente ligado ao anseio pela produção ecológica. Esta meta vem também da busca por construir maior espaço de autonomia nas unidades de produção familiares, objetivando que este processo seja sustentado na possibilidade das famílias produzirem alimentos saudáveis aos consumidores, preservando o ambiente.

A diversidade de produção nas propriedades visitadas é muito vasta, citando-se como principais produtos o quiabo, batata, feijão de vagem, rúcula, couve, espinafre, alface de quatro tipos, cebolinha, salsa, beterraba, repolho, brócolis, abobora, morango, milho, ervilha, laranja, limão, pera, dentre outros, demonstrando quase que em sua totalidade nas propriedades a produção de hortifrutigranjeiros.

Dentro de uma produção diversificada como é característica na agricultura familiar, observa-se também a criação de animais em algumas propriedades familiares no distrito de Arroio Grande, sendo esta uma fonte econômica secundária, mas que se encontra interligada com a produção agroecológica. Algumas das famílias visitadas possuem criações de galinhas, porcos e gado, o que gera a produção de ovos, leite e carne para consumo próprio e também para comercialização nas feiras.

Segundo os entrevistados, a criação de animais é importante também para gerar adubos orgânicos para a produção de hortaliças, em especial, já que as fezes e restos de alimentos gerados pelos animais são despejados e misturados junto da terra para plantio de diferentes produtos, o que funciona como fortificante e melhoramento da terra e também na fortificação das plantas ali cultivadas, evitando a utilização de fertilizantes industrializados.

O transporte e escoamento da produção se dá por meio de diversos meios de locomoção, sendo na maioria concentrados em camionetes e pequenos caminhões, sendo estes em grande parte de posse de próprios produtores. Observa-se também que em algumas propriedades, o meio de transporte é realizado de forma conjunta, fazendo com que os custos

do traslado da propriedade para as feiras/supermercados se torne menos custoso, visando assim um maior rendimento.

O fenômeno social do êxodo rural, provocou o esvaziamento do campo, e isso reflete na quantidade de pessoas por área de produção. Ao analisarmos a produção familiar no distrito de Arroio Grande, percebeu-se que a produção vem sendo garantida em média por duas a três pessoas. Geralmente o pai e mãe mais algum filho que ainda permanece ou permaneceu no campo, ou então alguma mão de obra externa. Os agricultores contam que há uma dificuldade muito grande da permanência dos jovens no campo, a maioria dos filhos dos agricultores entrevistados saiu do campo para estudar, em especial para a Universidade Federal de Santa Maria. Que mesmo sendo próxima, muitos dos filhos não retornam para suas origens de vivência na agricultura.

No que tange o número de pessoas por propriedade, levando em conta as propriedades unicamente familiares e já em processo de ecologização, observa-se que em grande parte não há necessidade de mão-de-obra externa para a produção. Porém, em algumas propriedades existe a necessidade de serviços externos em outros meios entre a produção até a venda ao consumidor, tais como no transporte (em menor número), bem como em outras atividades que demandam um número excessivo a demanda.

Para que os agricultores supram com todas as tarefas de casa e da produção, eles buscam criar vínculos de auxílios entre os produtores mais próximos. Assim, eles se ajudam nas tarefas mais difíceis, ocorrendo também em alguns casos divisão de tarefas, em que cada pessoa das famílias é responsável por alguma tarefa, seja no plantio, no cultivo ou na comercialização.

Observou-se também que os produtores entrevistados possuem uma forte ligação com o ato de produzir em suas propriedades, sendo esta ligação um fator extremamente positivo neste processo de ecologização.

As principais motivações encontradas para buscar a produção ecológica, relatadas pelos produtores entrevistados, são questões que envolvem a saúde de quem produz e de quem consome (o que hoje no mercado também se torna um incentivo na busca por estes tipos de alimentos orgânicos), já que antes os consumidores não buscavam o produto mais saudável, e sim o de menor preço, e hoje já há uma busca maior por alimentos orgânicos. Além disso, a preocupação com o meio ambiente entra na ordem do dia, quando se analisa todos os problemas causados pelo uso de insumos químicos, e até mesmo as grandes

propriedades focadas na monocultura, sendo esta uma grande preocupação dos produtores que buscam outras formas de produção.

A maioria dos produtores entrevistados admite que não houveram grandes dificuldades na transição entre a agricultura tradicional (já praticada por seus pais e avôs) para a produção agroecológica, tendo as mesmas semelhanças. Segundo alguns entrevistados, a maior dificuldade ocorria no início do processo, com a baixa fertilidade dos solos, o ataque a produção por pragas e doenças, bem como pela substituição de agrotóxicos por adubação orgânica (esterco, adubação verde, etc).

Com relação aos preços dos produtos ecológicos comercializados nas feiras realizadas semanalmente no bairro sede de Santa Maria, bem como outros bairros periféricos, os produtores relatam que a busca e demanda por estes produtos vem em uma crescente, dado principalmente pelo aumento da procura e interesse dos jovens nestes produtos, motivados principalmente por campanhas de consumo realizadas internamente na Universidade Federal de Santa Maria, dentre outros.

Uma das principais dificuldades observadas na transição da agricultura convencional para orgânica nas propriedades rurais de Arroio Grande são a falta de assistência técnica, já que esta seria de extrema importância para orientar as culturas de época, auxiliar na transição, e orientar sobre os produtos e insumos que os agricultores poderiam vir a utilizar. Os agricultores também relatam que não há nenhum incentivo por parte do governo buscando fortalecer o mercado dos orgânicos, nem por parte de programas conhecidos, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ou Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Assim, observa-se que ainda existem grandes dificuldades encontradas pelos agricultores na transição da produção convencional para agroecologia, sendo na maioria a falta de apoio governamental, como a ausência de apoio técnico para atender as dificuldades encontradas na produção ecológica.

Outro entrave observado pelos produtores ecológicos é a falta de mão de obra, já que é uma produção que demanda mais cuidado e tempo de trabalho, assim algumas famílias necessitam buscar mão de obra externa a família, para suprir com todos os serviços na propriedade. Todos esses problemas, e principalmente a falta de apoio e incentivo para a produção ecológica, acaba fazendo com que muitos agricultores desistam da produção

agroecológica, pois a necessidade de mão-de-obra externa encarece a produção, fazendo com que os custos da produção/venda não se tornem rentáveis para as famílias.

Em algumas das experiências de ecologização na agricultura familiar em Arroio Grande, esteve presente a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento Rural dos Agricultores Familiares (COOPERCEDRO,) que atua em áreas específicas, como a organização da produção, a comercialização e prestação de serviços de assistência técnica para agricultores familiares e assentados, tendo importante tarefa no auxílio aos pequenos produtores. Os produtores atendidos pela entidade relatam que a partir do auxílio técnico, aumentou-se a produção na propriedade, bem como fez-se com a utilização de espaços até então inutilizados se tornassem fonte de renda, e na maioria dos casos, espaços para a produção de subsistência.

Segundo os próprios agricultores, os apoios para produção agroecologia provêm de poucos órgãos, sendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) um importante provedor de apoio técnico nas propriedades rurais, porém a mesma não apresenta número suficiente de técnicos para atender a todas as demandas dos agricultores.

Outro incentivo que foi extremamente atuante algumas décadas atrás eram os projetos vinculados a Universidade Federal de Santa Maria, voltados principalmente ao incentivo da produção ecológica em propriedades familiares. Os projetos em grande parte consistiam em, além de apoio técnico e mão-de-obra (a partir da participação de alunos vinculados a universidade de forma voluntária), ofertar cursos voltados a produção ecológica aos produtores rurais, com a finalidade de que os mesmos possam realizar as atividades posteriormente sem a necessidade de auxílios externos. Porém, já a partir dos anos 2000, esse recurso e incentivo da universidade voltou-se para outras áreas rurais, e poucos projetos seguiram em frente no distrito de Arroio Grande.

Observa-se que a comercialização dos produtos orgânicos no mercado atual ainda é uma grande dificuldade dos produtores, por mais que em relação à compensação financeira haja uma valorização maior dos produtos orgânicos, o único comércio concreto que os agricultores encontram são ainda os supermercados, porém estes, trazem uma baixíssima renda ao produtor. Segundo os produtores, o incentivo a feiras de produtos orgânicos deve ser expandido, já que é um espaço em que o agricultor consegue ter contato direto com o consumidor, e ele mesmo consegue ter uma valorização maior de seu produto. Um dos principais espaços que os produtores da região central do Rio Grande do Sul, especialmente

de Arroio Grande, encontram atualmente para a comercialização de seus produtos são: as feiras na Praça Saturnino de Brito, no centro de Santa Maria; e na Avenida Roraima, no bairro Camobi; bem como na feira do projeto COOESPERANÇA, realizada nos sábados, sendo este um projeto integrante da Feira da Economia Solidária (FEICOOP), realizada anualmente na cidade de Santa Maria, sendo a maior feira de economia solidária da América Latina.

Desta forma, os locais de comercialização encontrados pelos agricultores que buscaram formas de produção alternativa são especialmente as feiras, já que a venda para supermercados não se torna benéfica ao produtor, onde muitos destes carregam consigo sinais distintos que traduzem aos consumidores diferentes formas de enraizamento dos alimentos: social (produto da reforma agrária), ecológico (produto orgânico), cultural (produto colonial), territorial (indicação geográfica) ou certificado (padrão ISO). Não obstante, o fato de o produto não contar com uma distinção deste tipo não significa que ele não possua qualidades diferenciadas. Nesses casos, a qualidade está assentada em valores construídos na relação direta entre produtores e consumidores, de modo que sinais institucionalizados, como os selos e as marcas, são substituídos por relações de confiança e reciprocidade derivadas da recorrência das transações econômicas (NIEDERLE e RADOMSKY, 2007).

Assim, a comercialização dos produtos ecológicos vem sendo garantida pelas feiras consolidadas que os produtores vêm conquistando. Segundo os produtores entrevistados, para se manter na feira é necessário ter muita diversidade de produtos, e por conta disso muitos produtores não conseguiram se manter nas feiras por não conseguirem manter a demanda necessária de plantio. A comercialização dos produtos também ocorre de outras formas, como nas vendas a domicílio (o que faz com que encareça o produto, dado os custos de transporte), e muitas vezes na própria comunidade.

A busca pela expansão das feiras ecológicas é uma das grandes lutas dos produtores agroecológicos atualmente. Um dos grandes incentivos para que os produtores sigam nesta produção são o aumento e maior interesse do mercado consumidor.

Desta forma, segundo os produtores entrevistados, os consumidores, especialmente em feiras, são extremamente importantes para o incentivo e aumento da produção agroecológica, já que cada vez mais se consegue aumentar a rede de consumidores, e assim esse fator vem incentivando os produtores a seguir e lutar pelas mudanças no campo, buscando uma produção cada vez mais ecológica e longe de agrotóxicos.

Por fim, evidencia-se ainda a ausência de políticas públicas voltadas para incentivar a produção e o consumo de alimentos orgânicos. Nesse sentido, requerem-se políticas públicas nos planos municipal, estadual e federal, com a ideia de despertar tanto o produtor como o consumidor, criando alternativas de capacitação para produção e comercialização.

Considerações finais

Os grandes desafios encontrados pelos agricultores que buscaram uma produção ecológica em Arroio Grande passam especialmente por falta de incentivos, bem como apoio técnico para uma melhor produção. A falta de apoio para comercialização dos produtos também se mostrou um grande problema para os produtores agroecológicos, mas várias experiências de ecologização da agricultura familiar e de assentamentos de reforma agrária têm mostrado que é possível produzir e comercializar produtos ecológicos, sem desvalorizar o trabalho do produtor e ver que realmente esta forma de produção está sim ganhando cada vez mais espaço na sociedade atual, uma vez que a busca por alimentos mais saudáveis está na ordem do dia, e se intensifica cada vez mais com a conscientização da população em geral.

As evidências mostram que a transição para padrões de agricultura ecológica não depende só dos agricultores, mas sim de um conjunto de mudanças como a criação de canais de comercialização, e hoje vemos que estes canais de comercialização já estão sendo conquistados, já que os produtores atuais já encontram formas concretas para a comercialização, bem como venda para escolas, creches, etc., mas especialmente os espaços para realização de feiras já firmadas e existentes. Frisa-se porém, a necessidade de criação de feiras orgânicas voltadas na sua totalidade a venda de produtos agroecológicos e orgânicos.

É muito importante que haja uma reflexão em relação ao uso dos agrotóxicos no Brasil, no sentido do real impacto causado à saúde pública, do grau de intoxicação dos trabalhadores rurais, da contaminação via alimentos dos consumidores e de como pode ser revertido esse processo. O uso dos pesticidas deve ser visto como uma questão de segurança ambiental que deve se alinhar à gestão estratégica dos produtos químicos, que aponta os agrotóxicos como um fator importante de degradação do solo e contaminação de cursos d'água, além de ser uma questão de segurança alimentar, ameaçando o equilíbrio da flora e da fauna. As grandes plantações em monoculturas são centradas nas resistências a estresses ou problemas específicos, sem determinar o porque desses problemas ocorrerem. Se isso persistir, os

problemas que afetam a produção vão continuar constantemente e nunca teremos solução, e novos problemas vão continuar surgindo. Se o atual sistema não mudar, os produtores e consumidores acabarão presos na rotina repetitiva, tentando ficar em frente dos problemas criados pelos próprios sistemas que foram desenhados. Uma agricultura sustentável valoriza o ser humano bem como os componentes ecológicos da produção de alimentos, reconhecendo suas relações e interdependências.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. (Abril/Junho de 2007). **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva, 11, 73-78.

ALÉSSIO, P. V.; COSTA, F. F.; PICOLOTTO, E. L. **As organizações de agricultores no processo de ecologização na agricultura familiar no Centro do RS**. LII Congresso SOBER-Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Goiânia - GO, 27 a 30 jul. 2014.

ALTIERI, M 1998. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 110p.

ASSIS, R. L. **Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia**. Econ. Apl. Vol.10 no.1. Ribeirão Preto - SP, 2006.

BEUS C. E.; R. E. DUNLAP. **Agricultura Convencional versus alternativa: as raízes paradigmáticas do debate**. Tradução: Ana Raquel Santos Bueno. Rural Sociology, 55(4): 590-616, 1990.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

CARVALHO, A; DAVID, C. **Realidades e tendências do campo em Santa Maria – RS: territorialidades rurais e a definição de políticas públicas**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-23.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2000.

DE PRÁ, B. R. **Desenvolvimento local: a cadeia produtiva da banana em São João do Polêsine/RS**. Dissertação de Mestrado (UFSM). Santa Maria, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>.

LAMARCHE, H. (org.) **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1993.

LUTHER, A. **Reconfiguração do território: transformações socioambientais em Arroio Grande/Santa Maria-RS**. 2005. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

NIEDERLE, P. A; RADOMSKY, G. F. W. **Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a nova sociologia econômica e o paradigma da dádiva**. Teoria & Sociedade, v. 15, p. 146-177, 2007.

PESSÔA, C.C. **Agricultura urbana e pobreza: um estudo no município de Santa Maria – RS**. 2005. 00007106. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

PICOLOTTO, E. L. **O sindicalismo da agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no sul do Brasil**. REED-Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

_____; BREMM, C.; SCHREINER, B. T. **Experiências de ecologização na agricultura familiar: atores sociais, produção artesanal e feiras na região Central do RS**. Mercados, Campesinato e Cidades Abordagens Possíveis, Santa Maria, v. 1, n. 7, p.140-163, 17 jul. 2015.

RADOMSKY, G. W. **Certificações, sistemas participativos de garantia e agricultura ecológica: aspectos da relação entre agricultores e consumidores**. In: NIEDERLE P.A.;